

Projeção da População do Paraná: tendências e desafios

Marisa Valle Magalhães *
Maria de Lourdes Urban Kleinke **

RESUMO

Em geral, as projeções populacionais têm como principal propósito subsidiar os planejadores, tanto das esferas públicas quanto dos setores privados, na delimitação de cenários futuros de atuação e na formulação de políticas de curto e médio prazos voltadas a clientelas específicas. À luz da evolução demográfica em curso no Paraná e dos resultados da projeção da população dos municípios do Estado, divulgada recentemente pelo IPARDES/IBGE, o artigo destaca algumas importantes tendências que se prenunciam e chama a atenção para alguns desafios que elas impõem para o planejamento e gestão das distintas esferas sociais.

Palavras-chave: *projeção da população; tendência demográfica do Paraná; espacialidades de concentração e de esvaziamento.*

ABSTRACT

Generally, population projections aim at helping both private and public sector planners to determine the future action scenery and formulate short and medium term policies addressed to specific clients. The present article highlights some important trends and their challenges for planning and managing different social areas, in the light of Paraná ongoing demographic evolution and of the State municipality population projection results recently disclosed by IPARDES/IBGE.

Key words: *population projection; Paraná demographic trend, space concentration and emptiness.*

*Demógrafa, Mestre e Doutoranda em Demografia pelo Cedeplar - UFMG. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Populacionais do IPARDES. E-mail: <marimaga@pr.gov.br>.

**Socióloga, pesquisadora do Núcleo de Estudos Populacionais do IPARDES. E-mail: <kleinke@pr.gov.br>.

INTRODUÇÃO

De modo geral, os resultados de projeções de população chamam a atenção principalmente pelo seu lado quantitativo, com o interesse concentrado no produto final – quantos seremos. Numa leitura simplificada, a avaliação dos resultados costuma ser positiva, se anunciam aumentos, e de desagrado, se as perspectivas apontam para reduções nos volumes populacionais.

Há uma verdade por trás dessa reação mais imediata, considerando que o crescimento populacional expressa, sem dúvida, espaços com maiores oportunidades, e a noção de esvaziamento não deixa de sugerir seu oposto, na medida em que está ligada a mudanças que, mesmo inseridas em processos dinâmicos, têm sempre um componente desagregador. Mas o que merece ser mais explorado numa projeção é seu efeito exacerbador que, ao valorizar movimentos já em curso, e prolongá-los no tempo, obriga a uma reflexão minuciosa sobre o presente, permitindo que sejam identificadas trajetórias que requerem reorientação aguda nos parâmetros da gestão pública.

Assim, projetar a população do Paraná sob o respaldo das tendências recentes significa reconhecer e incorporar certos movimentos: do ponto de vista do processo migratório, confirma-se a intensidade da urbanização concentrada e a persistência de extensos espaços em esvaziamento; a componente fecundidade, em declínio nos últimos trinta anos em todo o país, acarreta a redução da base da pirâmide populacional e interfere na dinâmica evolutiva dos demais segmentos etários, mas, em conjunção com as influências da migração, pode resultar em intenso crescimento da população infantil em áreas de atratividade; as hipóteses de mortalidade convergem para aumentos na longevidade da população que, também sob os efeitos da redução da fecundidade, provocam o aumento na proporção de idosos, por vezes intensificado, regionalmente, pela seletividade migratória; adicionalmente, os diferenciais de mortalidade entre os sexos, aliados aos efeitos igualmente diferenciados da seletividade por sexo e idade dos movimentos migratórios, produzem desigualdades na composição entre número de homens e número de mulheres, ao longo dos distintos grupos etários.

As projeções, portanto, ao prognosticarem tendências, sinalizam para um cenário de pressão diferenciada sobre o conjunto dos serviços sociais e sobre os requisitos de infraestrutura a serem disponibilizados para a sociedade: “Seu valor e contribuição inestimável está em ressaltar o rumo do crescimento e da distribuição populacional e, desse modo, tornar-se instrumento para o planejamento atual, no sentido de reorientar ou preparar, com intervenções adequadas, o futuro das localidades”. (KLEINKE; MAGALHÃES; DESCHAMPS, 2000)

O presente artigo tem a finalidade de situar, ainda que sucintamente, o perfil demográfico que vem se conformando no Paraná nas últimas décadas e que fundamentou as principais hipóteses para a elaboração da projeção da população dos municípios do Estado. Alguns traços mais importantes anunciados pelos resultados das projeções serão destacados, em função dos desafios que eles prenunciam.

REFERÊNCIAS DA DINÂMICA DEMOGRÁFICA RECENTE

A evolução populacional do Paraná, na segunda metade do século XX, demonstra características bastante peculiares. Até os anos 60, o intenso crescimento demográfico do Estado, motivado particularmente pelo expressivo afluxo de migrantes procedentes de várias regiões do país, refletiu-se nas elevadas taxas de incremento experimentadas ao longo do

período (tabelas 1 e 2)¹. Por três décadas consecutivas (entre 1940 e 1970), o ritmo de expansão da população paranaense suplantou em muito a média nacional, garantindo uma elevação substantiva nos índices de participação da população estadual no total do contingente do país. No mesmo período, as demais variáveis demográficas atuaram em reforço a essa dinâmica, uma vez que a mortalidade no Estado apresentava tendências de moderado declínio desde as primeiras décadas do século, a exemplo do que ocorria em outras áreas brasileiras, e a fecundidade permanecia em níveis elevados e relativamente constantes (tabelas 3 e 4).

TABELA 1 - POPULAÇÃO, TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO, PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DO ESTADO NA POPULAÇÃO DO BRASIL E GRAU DE URBANIZAÇÃO - PARANÁ - 1940/1996

PERÍODO	POPULAÇÃO TOTAL	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO (%)	PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NO TOTAL DO PAÍS (%)	GRAU DE URBANIZAÇÃO (%)
1940	1 236 276		3,0	24,5
		5,52		
1950	2 115 547		4,1	25,0
		7,27		
1960	4 268 239		6,1	30,6
		4,97		
1970	6 929 868		7,4	36,1
		0,97		
1980	7 629 392		6,4	58,6
		0,93		
1991	8 448 713		5,8	73,4
		1,30		
1996	9 003 804		5,7	77,9

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil 1997 – IBGE

TABELA 2 - SALDOS MIGRATÓRIOS E TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO ESTIMADAS PARA O PARANÁ - 1940/1991

PERÍODO	SALDO MIGRATÓRIO	TAXA LÍQUIDA DE MIGRAÇÃO
1940/50	510 083	24,0
1950/60	1 329 272	31,0
1960/70	886 345	12,8
1970/80	-1 376 188	-18,1
1981/91	-896 289	-10,6

FONTES: Para 1940/50 e 1950/60, MAGALHÃES (1996); para 1960/70 e 1970/80, CARVALHO e FERNANDES (s.d.); para 1981/91, LONGO e MAGALHÃES (1999)

¹Os saldos migratórios apresentados na tabela 2 foram estimados mediante mensuração indireta, que consiste na comparação entre a população "esperada" ao final do período intercensitário, na suposição de população fechada à migração, e a população realmente observada através da enumeração censitária. As taxas líquidas de migração, por seu turno, foram obtidas através do quociente entre os saldos migratórios decenais e a população observada no segundo censo.

TABELA 3 - TAXAS DE FECUNDIDADE TOTAL ESTIMADAS PARA O PARANÁ - 1955/1996

PERÍODO	TFT
1955/60	6,51
1965/70	6,39
1975/80	4,12
1986/91	2,59
1991/96	2,42

FONTES: Para 1955/60, RODRIGUES (1984); para os demais períodos, LONGO e MAGALHÃES (1999).

NOTA: A taxa de fecundidade total expressa o número médio de filhos tido por mulher, durante seu período reprodutivo.

TABELA 4 - ÍNDICES DE ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER, POR SEXO, PARA O PARANÁ - 1940/1991

PERÍODO	e^0	
	Homens	Mulheres
1940/50	44,2	47,7
1960/70	54,9	59,3
1970/80	60,7	67,0
1985	62,9	68,9
1991	64,5	71,0

FONTES: Para 1940/50, CARVALHO (1974); para 1960/70 e 1970/80, IPARDES (1997); para 1985 e 1991, LONGO e MAGALHÃES (1999)

Os anos 70 inauguram uma fase de inflexão nessas tendências, que se prolonga por toda a década de 80. Marcado por um intenso processo de modernização das práticas agrícolas e de transformação da base produtiva no sentido da integração dos setores econômicos sob a hegemonia do capital industrial, o Estado passa a experimentar um conjunto de mudanças estruturais de profundo significado. Alteram-se as relações de produção e de trabalho no campo, provocando a desestabilização das condições rurais de sobrevivência e a expulsão de enormes contingentes populacionais, até então vinculados às atividades agrícolas. Parcela significativa desses emigrantes rurais se transfere para os centros urbanos do próprio Paraná, em busca de oportunidades de trabalho e de obtenção de renda. Nesse processo, ampliam-se sobremaneira o grau de urbanização do Estado e a tendência de concentração da população nos centros urbanos de maior porte. Ao mesmo tempo, extensas correntes migratórias dirigem-se às áreas urbano-industriais do Sudeste, particularmente para São Paulo, e às regiões de fronteira agrícola do Norte e do Centro-Oeste brasileiro. Dessa forma, o Paraná, de receptor, passa a constituir uma das principais áreas expulsoras de população do país, e se até esse período se destacava em função do forte ritmo de incremento de sua população, passa a apresentar o menor crescimento populacional dentre as UF brasileiras.

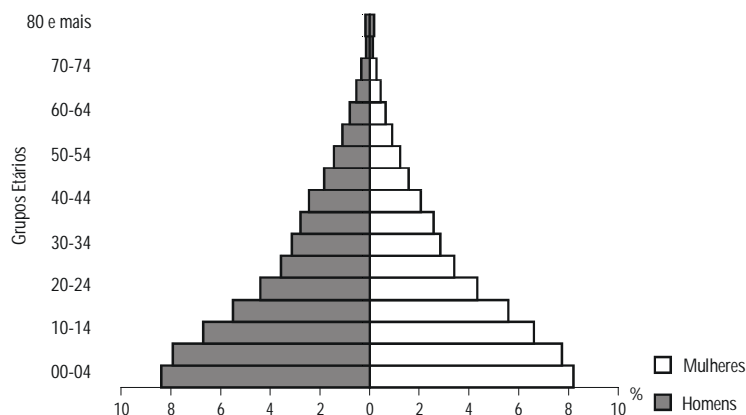
Entretanto, não apenas o fator migratório foi definidor dos novos rumos da dinâmica demográfica do Estado. Também a fecundidade, a partir do final dos anos 60 e começo da década de 70, inicia um processo de desestruturação e de mudanças sem precedentes. Em várias regiões do país, a população passa a exercer um controle efetivo e continuado do tamanho de suas proles, transitando de um padrão sem nenhum controle da parturição para comportamentos reprodutivos com controle eficaz e generalizado. O Paraná acompanhou *pari passu* esse processo. De um número médio de 6,5 filhos por mulher, apresentado na década de 1950, o Estado chega ao final dos anos 80 evidenciando um nível de fecundidade de apenas 2,6 filhos, em média, por mulher. A mortalidade, por seu turno, prosseguia em ritmo declinante, traduzido pela melhoria dos índices de mortalidade infantil e elevação dos níveis de expectativa de vida.

Os anos 90 refletem uma ligeira retomada no ritmo de crescimento populacional paranaense, sem dúvida ainda sob a influência estreita da dinâmica migratória. Os prolongados anos de crise da economia brasileira e o contínuo movimento de reestruturação produtiva e de alteração nos processos de trabalho vêm paulatinamente estreitando as oportunidades de inserção nas áreas de fronteira agrícola do Oeste e do Norte do país e nos mercados de trabalho urbanos do Sudeste, particularmente em São Paulo, para amplos segmentos da população. Em face desse cenário, reduz-se substancialmente o ímpeto emigratório do Estado,

adquirindo força os deslocamentos internos. Ao mesmo tempo, crescem em importância as migrações de retorno de paranaenses que emigraram em períodos anteriores, e que regressam ao Estado em busca de sobrevivência. Com isso, o Paraná, no primeiro quinquênio da década de 90, ainda sofre perdas populacionais, porém num volume bem menor. Os níveis de fecundidade já atingem patamares significativamente baixos e a mortalidade prossegue em ritmo de queda, se bem que de forma mais lenta.

Todas essas mudanças imprimiram uma nova conformação à estrutura etária e por sexo da população paranaense. Até o início dos anos 70, as pirâmides etárias para a população do Paraná evidenciavam um formato bem típico de populações que experimentam historicamente elevados níveis de fecundidade e de mortalidade: base larga e desenho triangular² (gráfico 1). A partir do processo de declínio da fecundidade ao longo da década de 70, a estrutura etária vai aos poucos se modificando, reduzindo-se o peso dos grupos de idade mais jovens e aumentando, por outro lado, as proporções das idades adultas e idosas. No entanto, é complexo isolar os efeitos da redução da fecundidade sobre o padrão etário da população daqueles advindos do comportamento migratório, que, de modo geral, evidenciam características de grande seletividade. Assim, tendo em vista a intensa evasão populacional ocorrida no Estado nas décadas de 70 e 80, presume-se que uma parcela do estreitamento das pirâmides relativas aos anos 90 possa ser creditada à emigração, proporcionalmente maior, de população adulta jovem (gráfico 2). O certo é que, em função das recentes alterações na dinâmica demográfica do Estado, o padrão etário da população paranaense iniciou seu processo de envelhecimento.

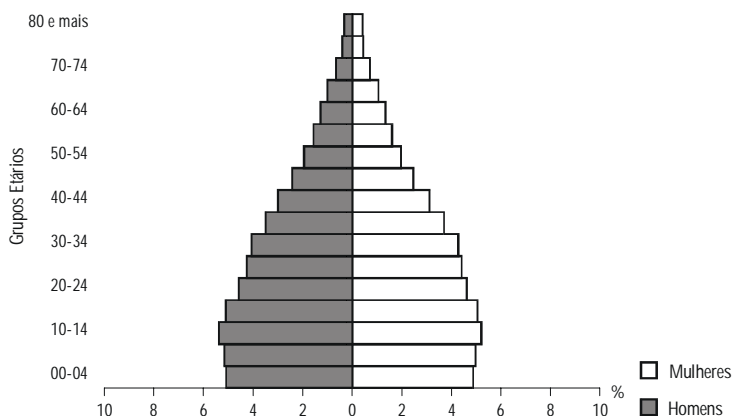
GRÁFICO 1 - PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO DO PARANÁ - 1970



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE - Censo Demográfico

²Não se pode perder de vista que uma população considerada em um determinado momento do tempo constitui uma fotografia das várias coortes de indivíduos que a compõem, formadas segundo as distintas datas de nascimento, e que por isso mesmo trazem implícitas distintas histórias progressivas de evolução dos componentes demográficos – fecundidade, mortalidade e migração. Mas é preciso igualmente chamar a atenção para o fato de que, sob o enfoque da distribuição proporcional das idades, a fecundidade é a variável que mais interfere em sua conformação, na ausência de fatores exógenos de impacto, como, por exemplo, as guerras.

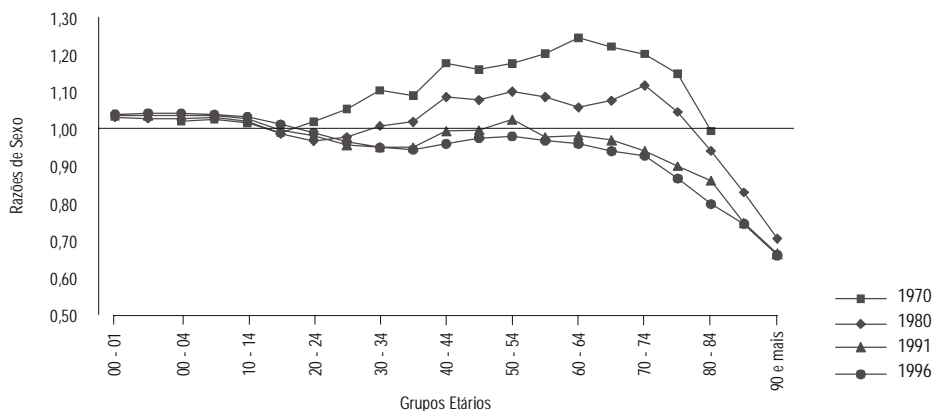
GRÁFICO 2 - PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO DO PARANÁ - 1996



FORNTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE - Contagem da População

Importantes mudanças igualmente se fizeram notar na composição por sexo da população. Até recentemente (1980), as razões de sexo³ prevalentes nos grupos etários acima de 15 anos refletiam nitidamente a história progressiva de forte imigração que o Paraná experimentou, em que o afluxo de migrantes masculinos certamente superou em muito o de migrantes femininos (gráfico 3). À medida que o movimento migratório se inverte, passando o Paraná a perder expressivo número de emigrantes para outras regiões, em maior parte masculinos, e que, paralelamente, aumentam os diferenciais de mortalidade provocados pela sobremortalidade masculina, as mulheres passam a predominar em quase todos os grupos etários, com exceção dos segmentos mais jovens.

GRÁFICO 3 - RAZÃO DE SEXO DA POPULAÇÃO DO PARANÁ, POR GRUPOS ETÁRIOS - 1970/1996



FORNTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE - Contagem da População

³O indicador razão de sexo mede a relação entre o número de homens e o de mulheres observados em uma população.

Esse cenário evolutivo da dinâmica demográfica do Paraná constituiu os fundamentos para a construção das hipóteses que nortearam a realização das projeções para o conjunto do Estado, elaboradas em parceria entre o IPARDES e o IBGE (IPARDES, 1999) (tabela 5). Para aquele trabalho, foram estabelecidos prognósticos sobre as possíveis tendências de percurso a serem percorridas pelas variáveis demográficas no Estado num futuro próximo, de forma a vislumbrar não apenas os contingentes totais que a população tenderá a alcançar, como também algumas de suas características mais importantes, como sexo e idade. Mais recentemente, o avanço do intercâmbio entre as duas instituições parceiras resultou na desagregação da projeção estadual para todas as municipalidades do Paraná, obedecidos os recortes de sexo e idade, com o horizonte para 2010 (IPARDES, 2000). Implícitas nesses resultados estão as avaliações das dinâmicas passada e presente de distribuição espacial e regional da população pelo território paranaense e de composição etária e por sexo das populações dos municípios, bem como as previsões que se lançam sobre essas tendências para o futuro.

TABELA 5 - POPULAÇÃO PROJETADA E TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO PROJETADA, SEGUNDO GRANDES GRUPOS ETÁRIOS - PARANÁ - 2000/2010

PERÍODO	POPULAÇÃO			TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO GEOM. DA POP. TOTAL (%)	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO GRANDES GRUPOS ETÁRIOS – POP. TOTAL (%)		
	Homens	Mulheres	Total		0 a 14	15 a 64	65 e mais
2000	4 685 436	4 808 104	9 493 540	1,13	-0,36	1,58	3,32
2005	4 935 922	5 106 550	10 042 472	0,99	-0,20	1,24	3,39
2010	5 166 524	5 383 646	10 550 170				

FONTE: IPARDES (1999)

IMPLICAÇÕES ESPACIAIS

O peso da variável migratória na dinâmica de crescimento populacional do Paraná tem sido significativo, nos últimos decênios, e definidor do perfil de distribuição espacial da população no território. Tanto os movimentos interestaduais quanto os internos têm sido intensos, porém vêm sofrendo alterações ao longo do tempo. As trocas interestaduais perdem força e, internamente, os deslocamentos entre áreas rurais passam a ser inexpressivos. As transferências entre o meio rural e o urbano, embora ainda importantes, cedem lugar às transferências entre áreas urbanas. Cada vez mais, as principais correntes migratórias do Estado direcionam-se para a Região Metropolitana de Curitiba e, secundariamente, ao complexo urbano do Norte Central, polarizado por Londrina e Maringá. Nessas espacialidades, na maioria das vezes, como extravasamento da ocupação dos municípios núcleos, estão os municípios do Paraná que apresentam as mais elevadas taxas de crescimento. É nelas que, em prosseguindo esse ritmo, passam a se concentrar os maiores municípios do Estado.

A configuração desse cenário concentrador pode ser ilustrada considerando a distribuição apenas dos municípios com população superior a 100.000 habitantes (tabela 6 e mapa). Em 1991, o Paraná tinha 11 municípios nesse patamar de população: 4 na Região Metropolitana (Curitiba, São José dos Pinhais, Colombo e Piraquara); 2 no complexo urbano do Norte Central (Londrina e Maringá); e outros 5 distribuídos no interior e litoral do Estado (Ponta Grossa, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guarapuava e Paranaguá), constituindo sua rede de pólos regionais. Em 1996, apenas mais um município passa a integrar esse rol: Apucarana, no complexo urbano do Norte. Seguindo as tendências, a projeção prevê para 2000 a inclusão

de Pinhais na RMC, desmembrado em 1997 de Piraquara que, por isso, perde população e se desincorpora desse conjunto. Em 2005, já deverão ser 16, e todas as novas inclusões situadas na Região Metropolitana de Curitiba (Almirante Tamandaré, Araucária, Fazenda Rio Grande e Campo Largo). Em 2010 poderão ser 19 municípios, mantendo o padrão de concentração: mais um integrando a RMC (Piraquara, que, pós desmembramento, deverá atingir novamente 100.000 habitantes) e outros dois no complexo urbano do Norte Central (Arapongas e Sarandi).

Dessa forma, o Paraná deverá prosseguir acompanhando o padrão nacional de concentração em aglomerações urbanas, reunindo conjuntos de municípios vizinhos com elevada população e intenso crescimento. Essas espacialidades passam a concentrar as maiores oportunidades de ocupação e renda, e por isso a se constituir nos principais focos de atratividade. Os pólos do interior e litoral, embora mantenham sua funcionalidade urbana no comando da rede de cidades, não apresentam indicativos dessa mesma dinâmica, exceto os do Oeste paranaense, que já sinalizam para um padrão aglomerativo. Prospectivamente, esse conjunto de pólos (Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Cascavel, Guarapuava e Paranaguá) deve alterar pouco sua participação no total da população do Estado. Entre 1991 e 2010, deverá passar de 10,1% para 12,1%. No mesmo período, os cinco maiores municípios do complexo urbano do Norte (Londrina, Maringá, Apucarana, Arapongas e Sarandi), com comportamento semelhante, deverão passar de 9,8% para 10,6%, enquanto na aglomeração metropolitana essa diferença deverá ser substancialmente mais acentuada. Seus nove maiores municípios (Curitiba, São José dos Pinhais, Colombo, Pinhais, Almirante Tamandaré, Piraquara, Fazenda Rio Grande, Campo Largo e Araucária) já concentravam, em 1991, 22,3% da população do Estado, e deverão chegar em 2010 com 32%. Enfatizando esse padrão concentrador, ao se considerar os 25 municípios que legalmente integram a RMC, essa participação eleva-se pouco mais, devendo abrigar, num futuro próximo (2010), aproximadamente 35% da população do Estado.

É importante ressaltar que, aglutinando-se em torno desses grandes centros, inúmeros outros municípios dessas espacialidades sobressaem por tender a apresentar taxas de crescimento entre as mais elevadas do Estado, como é o caso de Fazenda Rio Grande, que entre 2005/2010 deverá estar crescendo com taxas de 8,7% a.a., ou Quatro Barras, com 8,6% a.a.

O comportamento concentrador tem seu outro lado, o esvaziamento. O número de municípios com perda absoluta de população entre 1991 e 1996 foi de 206 (tabela 7). Outros 86, com taxas inferiores à média do Estado, apontam para perdas populacionais, tendo em vista que esse crescimento não atinge o nível de reposição de sua própria população. Esse conjunto, que em 1996 representava 79% do total dos municípios, poderá chegar a 85% em 2010, envolvendo municípios de todas as regiões do interior.

Essa dinâmica de esvaziamento reflete-se inclusive a um nível regional mais agregado, já que quatro mesorregiões geográficas (Norte Pioneiro, Noroeste Paranaense, Centro-Occidental e Sudoeste) evidenciam taxas negativas de crescimento populacional há pelo menos vinte anos, e as demais regiões – exceto a metropolitana –, embora experimentem no período crescimento positivo, este tem se situado em patamares abaixo do crescimento vegetativo (tabela 8 e gráfico 4). Essas tendências, de acordo com as perspectivas da projeção, devem prosseguir. Apenas a Mesorregião Metropolitana de Curitiba vem crescendo em ritmo bem superior à média do Estado, com indicativos de que chegará em 2010 com taxas de crescimento populacional ainda elevadas. Entre 2005 e 2010, o Paraná deverá estar crescendo a 0,99% a.a., enquanto a Mesorregião Metropolitana, a 2,77% a.a.⁴

⁴Até este ponto, a análise do item "Implicações Espaciais" reproduz parte do texto de KLEINKE, MAGALHÃES e DESCHAMPS (2000).

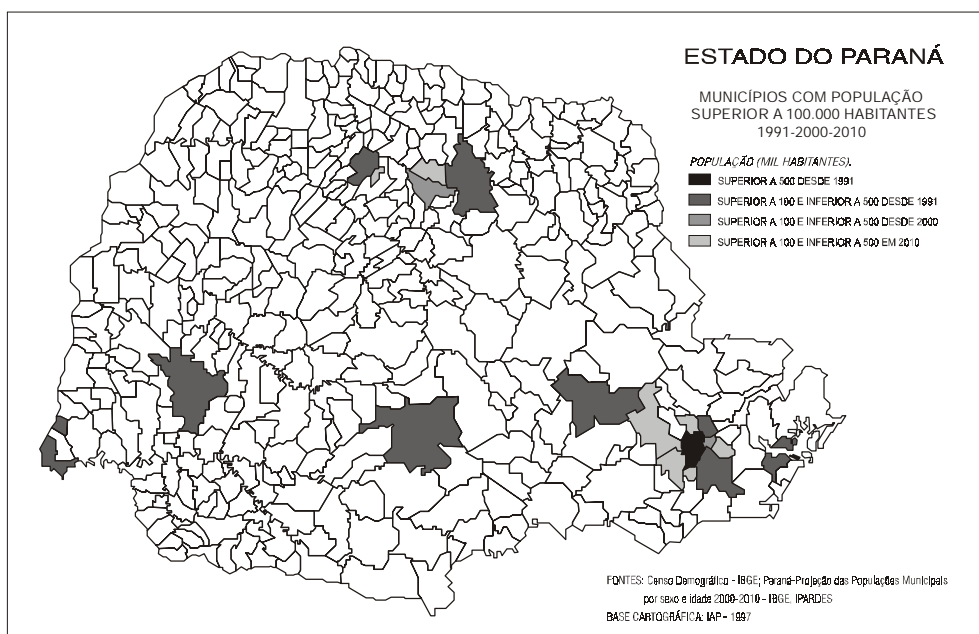
TABELA 6 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL E TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO COM POPULAÇÃO SUPERIOR A 100.000 HABITANTES EM 2010 - PARANÁ - 1991/2010

MUNICÍPIO	ANOS						TAXAS DE CRESCIMENTO (%)				
	1991	1996	2000	2005	2010	1991/96	1996/2000	2000/05	2005/10		
Região Metropolitana de Curitiba											
Curitiba	1 315 035	1 476 253	1 607 793	1 748 361	1 858 337	2,38	2,20	1,69	1,23		
São José dos Pinhais	127 455	169 035	210 395	270 412	339 891	5,91	5,75	5,15	4,68		
Colombo	117 767	153 698	202 977	281 668	381 894	5,57	7,36	6,77	6,28		
Pinhais ⁽¹⁾	-	89 335	101 445	115 814	129 080	3,47	3,30	2,68	2,19		
Almirante Tamandaré	54 326	73 018	92 051	120 001	153 046	6,20	6,09	5,45	4,99		
Piraquara	106 882	52 486	66 642	87 732	113 121	11,05	6,29	5,65	5,21		
Fazenda Rio Grande ⁽²⁾	-	45 299	65 944	102 528	155 851	12,93	10,06	9,23	8,74		
Campo Largo	72 523	82 972	92 030	102 168	111 018	2,78	2,68	2,11	1,68		
Araucária	61 595	76 684	91 087	110 243	130 431	4,56	4,49	3,89	3,42		
Total	1 880 500	2 218 780	2 530 364	2 938 927	3 372 69	3,42	3,41	3,04	2,79		
Percentual do Estado	22,3	24,6	26,7	9,3	32,0						
Aglomeração Norte-Central											
Londrina	382 045	412 553	434 853	454 469	465 072	1,57	1,35	0,89	0,46		
Maringá	240 292	267 942	290 018	313 201	331 418	2,24	2,04	1,55	1,14		
Apucarana	95 064	101 083	105 349	108 506	109 550	1,26	1,06	0,59	0,19		
Arapongas	64 556	75 038	84 203	95 113	105 368	3,11	2,99	2,47	2,07		
Sarandi	47 981	60 212	71 583	86 753	102 821	4,73	4,52	3,92	3,46		
Total	829 938	916 828	986 006	1 058 042	1 114 229	2,05	1,87	1,42	1,04		
Percentual do Estado	9,8	10,2	10,4	10,5	10,6						
Pólos											
Ponta Grossa	231 654	253 243	269 884	285 656	296 105	1,83	1,64	1,14	0,72		
Foz do Iguaçu	190 123	231 627	268 964	315 581	361 657	4,10	3,89	3,25	2,76		
Cascavel	192 990	219 652	241 537	264 678	283 766	2,67	2,45	1,85	1,40		
Guarapuava	135 620	150 850	162 812	174 498	183 052	2,19	1,97	1,40	0,96		
Paranaguá	102 098	115 406	126 437	138 545	148 772	2,52	2,36	1,85	1,43		
Total	852 485	970 778	1 069 634	1 178 958	1 273 352	2,68	2,51	1,97	1,55		
Percentual do Estado	10,1	10,8	1,3	11,7	12,1						

FONTE: IBGE - Censo Demográfico e Contagem da População; IPARDES (2000)

(1)Município criado em 1993, desmembrado de Piraquara.

(2)Município criado em 1993, desmembrado de Mandirituba.



É bom lembrar que, no bojo da dinâmica evolutiva da população das distintas localidades, conjugam-se os intrincados efeitos da atuação dos componentes demográficos definidores do crescimento (ou decrescimento) populacional – fecundidade, mortalidade e migração. Embora os movimentos migratórios, normalmente, condicionem estreitamente tais dinâmicas, a influência dos demais componentes igualmente se faz presente de forma sinérgica, com rebatimentos importantes sobre a estrutura etária e sobre a composição por sexo das populações. Tanto a área metropolitana quanto o conjunto do interior do Estado, já nos anos 90, experimentam expressivas reduções nos segmentos etários que conformam a base da pirâmide, sob o efeito do contínuo processo de declínio da fecundidade em curso, e as perspectivas são de que essa tendência perdure no próximo decênio (gráficos 5 a 8). No entanto, a estrutura etária da população metropolitana, quando comparada à do interior, revela nitidamente o impacto dos movimentos migratórios que a caracterizam, ao evidenciar proporções mais elevadas de população em idade ativa, para ambos os sexos. Como as previsões são de que esse processo tenha continuidade no futuro próximo, a pirâmide etária da população interiorana tende a apresentar, em 2010, um formato relativamente mais envelhecido do que o da metrópole.

Por outro lado, a vigência desses desdobramentos repercute igualmente sobre a distribuição da população entre os sexos, provocando diferenciações e alterando tendências (gráficos 9 e 10). Nos anos 90, a população interiorana revela uma condição de equilíbrio entre os sexos na maior parte dos grupos etários, com exceção das faixas em idade ativa – fruto da migração diferenciada entre os sexos – e das idades mais avançadas, em decorrência da sobremortalidade dos homens. Na Região Metropolitana de Curitiba, é significativo o predomínio da população feminina em quase todos os grupos etários, devido aos efeitos da seletividade por sexo da imigração, bem como dos diferenciais de mortalidade entre homens e mulheres. Para 2010, as projeções apontam a possibilidade de que as curvas de composição por sexo de ambos os conjuntos de populações apresentem formatos mais similares, sinalizando substantiva supremacia do número de mulheres adultas e idosas.

TABELA 7 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS E POPULAÇÃO, EM VALORES ABSOLUTOS E PERCENTUAIS, SEGUNDO INTERVALOS DE TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO - PARANÁ - 1991/96 E 2000/10

INTERVALO DAS TAXAS	MUNICÍPIOS						POPULAÇÃO					
	1996		2010		1996		2010		1996		2010	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
<= 0% a.a.	206	55,5	279	69,9	2 202 473	24,5	2 549 003	24,2				
>0% a.a. até a média do Estado	86	23,2	61	15,3	1 686 553	18,7	2 075 194	19,7				
> média do Estado	79	21,3	59	14,8	5 114 778	56,8	5 926 753	56,2				
Total	371	100,0	399	100,0	9 003 804	100,0	10 550 950	100,0				

FONTES: IBGE - Censo Demográfico e Contagem da População; IPARDES (2000)

NOTA: A taxa anual de crescimento do Paraná entre 1991/96 corresponde a 1,30 % a.a., e entre 2000/10, a 1,06% a.a.

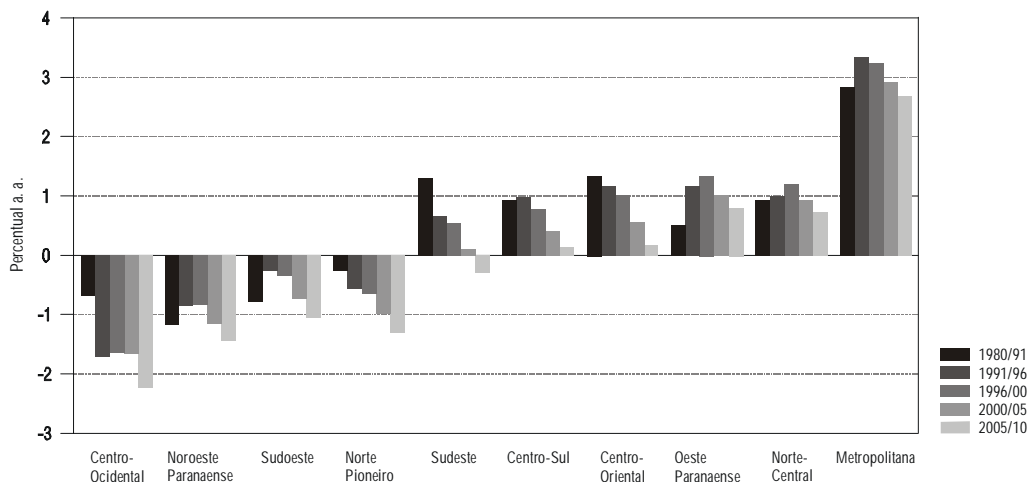
TABELA 8 - POPULAÇÃO TOTAL E TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO PARANÁ - 1970/2010

MESORREGIÃO GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO TOTAL										TAXAS DE CRESCIMENTO (%)				
	1970	1980	1991	1996	2000	2005	2010	1970/80	1980/91	1991/96	1996/00	2000/05	2005/10		
Noroeste	962 798	748 472	655 509	628 840	608 509	575 919	537 734	-2,15	-1,17	-0,84	-0,67	-1,11	-1,36		
Centro-Occidental	528 734	417 452	387 451	356 191	333 314	302 723	271 444	-2,59	-0,68	-1,70	-1,68	-1,91	-2,16		
Norte Central	1 521 550	1 479 850	1 638 677	1 724 115	1 795 793	1 861 110	1 900 841	-0,42	0,93	1,04	1,05	0,72	0,42		
Norte Pioneiro	705 957	571 679	555 339	540 178	526 688	502 629	472 646	-2,09	-0,26	-0,56	-0,64	-0,93	-1,22		
Centro-Oriental	355 253	472 643	547 559	581 143	604 787	623 524	630 888	2,90	1,35	1,22	1,02	0,61	0,24		
Oeste	752 432	960 709	1 016 481	1 078 584	1 137 922	1 200 138	1 253 108	2,47	0,51	1,21	1,38	1,07	0,87		
Sudoeste	446 360	521 249	478 126	472 425	466 211	450 661	429 197	1,56	-0,78	-0,24	-0,34	-0,68	-0,97		
Centro-Sul	338 141	453 030	501 428	526 914	543 089	554 867	560 168	3,66	0,93	1,01	0,77	0,43	0,16		
Sudeste	267 830	302 521	348 483	360 914	368 918	371 549	367 533	1,23	1,30	0,71	0,56	0,14	-0,22		
Metropolitana de Curitiba	1 050 813	1 703 787	2 319 526	2 734 500	3 108 491	3 600 798	4 127 391	4,95	2,84	3,40	3,33	2,98	2,77		
Paraná	6 929 868	7 629 392	8 448 579	9 003 804	9 493 722	10 043 918	10 550 950	0,97	0,93	1,30	1,36	1,13	0,96		

FONTES: IBGE - Censo Demográfico e Contagem da População; IPARDES (2000)

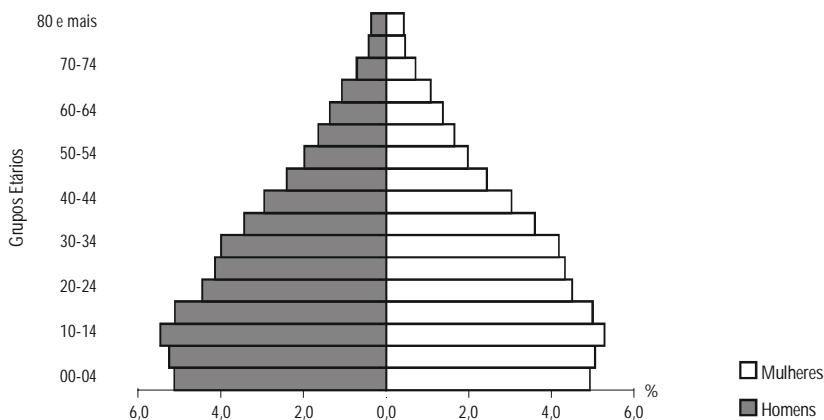
NOTA: Os dados para os anos de 2000, 2005 e 2010 referem-se a populações projetadas.

GRÁFICO 4 - TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DAS MESORREGIÕES DO PARANÁ - 1980-2010



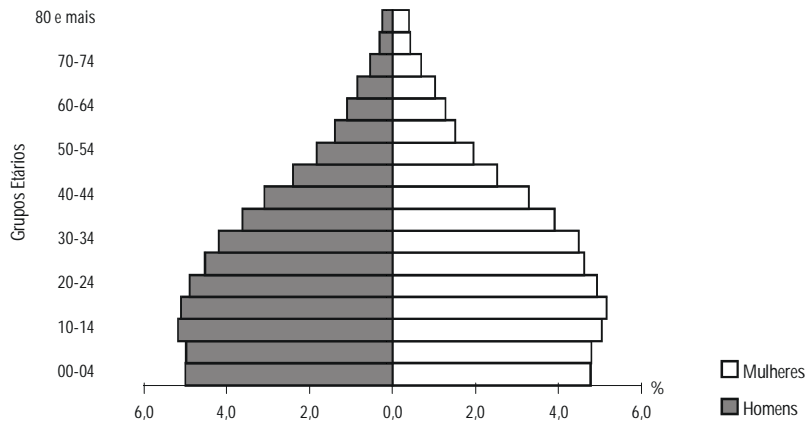
FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE - Censo Demográfico; IPARDES (2000)

GRÁFICO 5 - PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO DO INTERIOR DO PARANÁ - 1996



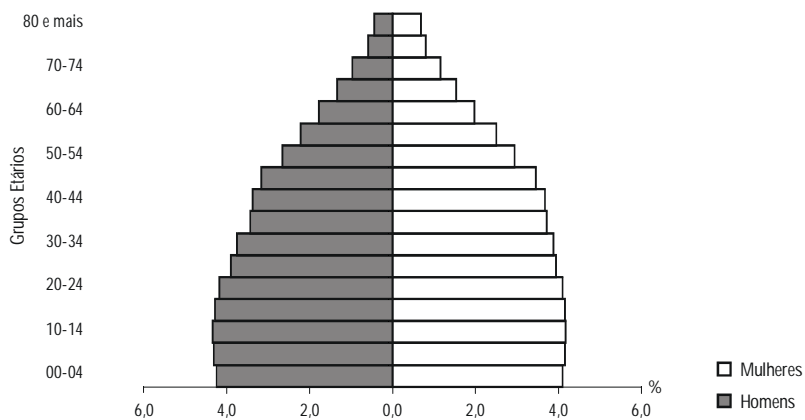
FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE - Contagem da População

GRÁFICO 6 - PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 1996



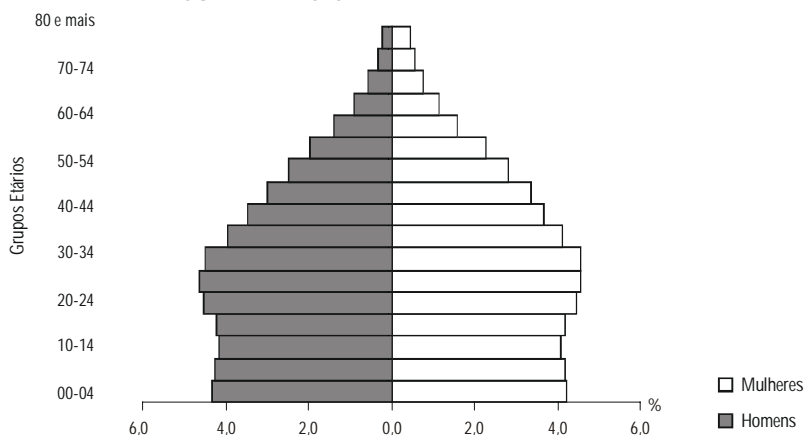
FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE - Contagem da População

GRÁFICO 7 - PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO DO INTERIOR DO PARANÁ - 2010



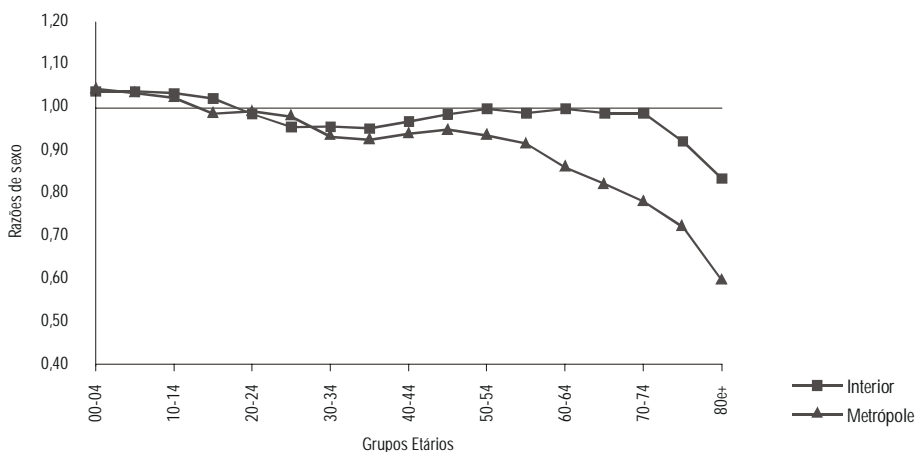
FONTE: IPARDES (2000)

GRÁFICO 8 - PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2010



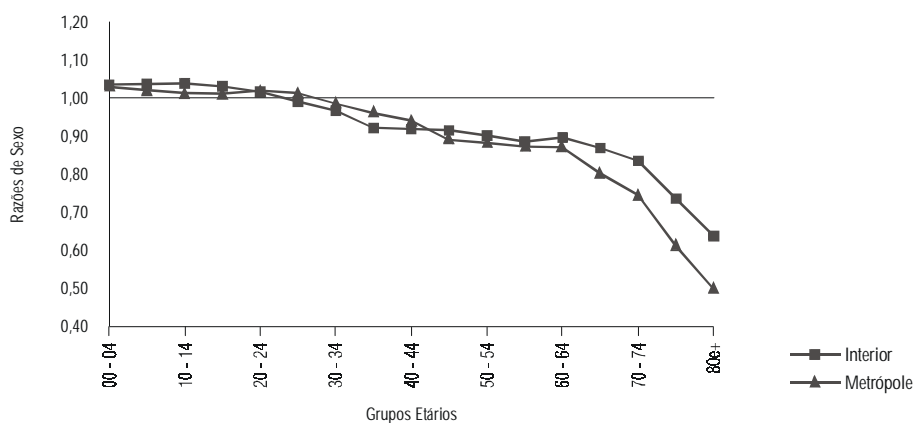
FONTE: IPARDES (2000)

GRÁFICO 9 - RAZÃO DE SEXO DA POPULAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA E DA POPULAÇÃO DO INTERIOR DO PARANÁ, POR GRUPOS ETÁRIOS - 1996



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE - Contagem da População

GRÁFICO 10 - RAZÃO DE SEXO DA POPULAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA E DA POPULAÇÃO DO INTERIOR DO PARANÁ, POR GRUPOS ETÁRIOS - 2010



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE - Contagem da População

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reduzido crescimento da população paranaense nas últimas décadas, resultado de um novo padrão demográfico de declínio da fecundidade, associado à condição de acentuada emigração, passou de certo modo despercebido como fator favorável para a gestão pública, diante do impacto do crescimento urbano a que esteve sujeita a maioria dos municípios do Estado e da intensa pressão por demandas sociais. Diferentemente da forma como essa mudança ocorreu nos países desenvolvidos, o lento crescimento demográfico do Estado não foi acompanhado de uma maior inclusão da população nos benefícios do desenvolvimento.

Assim, o processo de adensamento populacional em áreas urbanas convive com o acirramento de disparidades sociais decorrentes das sucessivas crises de emprego e achatamento dos níveis de renda, o que se reflete nas tendências de segregação espacial e de periferização de amplos segmentos empobrecidos da população. Embora o cenário futuro anuncie continuidade de queda do ritmo de crescimento e a população esperada para 2010 cresça a um padrão próximo ao dos países desenvolvidos, esperam-se, ainda, rearranjos espaciais de intensa e crescente concentração urbana, em oposição a um esvaziamento abrangente, que complexificam, sobremaneira, o planejamento e a gestão das mudanças demográficas.

Em termos mais precisos, a migração deverá prosseguir sendo um fator de preocupação, sob dois aspectos. Enquanto processo de expulsão, chama a atenção para a necessidade de reequilíbrio econômico e populacional dos centros de médio e pequeno portes, na crença de que o aumento de oportunidades no interior possa surtir efeitos nas condições de vida e de trabalho e produzir uma relativa queda nos níveis de esvaziamento.

Enquanto processo de atração, impõe o desafio de refuncionalizar continuamente os novos espaços em adensamento, viabilizando moradias e serviços, como forma de atenuar as desigualdades. Com igual relevância, a consolidação das aglomerações requer pensar formas novas de gestão que permitam considerar a mancha de ocupação urbana contínua

como uma grande unidade de planejamento, mesmo que constituída por diferentes municípios. Nesse sentido, cabe alertar para as dificuldades particulares de municípios que integram periferias empobrecidas das aglomerações – exatamente os que mais crescem dentre os municípios paranaenses – já que, cada vez mais, encontram-se pressionados por demandas sociais intensas e crescentes. Desse modo, há uma prioridade indiscutível em se avançar para formas facilitadoras do compartilhamento de problemáticas comuns, não apenas entre os segmentos públicos desses municípios, mas contando com o envolvimento efetivo da sociedade, uma vez que, nessas áreas, acumulam-se os problemas de ordem social e de infraestrutura.

As condições de vida urbana em áreas de maior concentração não podem prescindir de programas de alimentação e nutrição, creches e atenção à saúde. É sabido que as iniciativas nessa área, em grande medida, ainda guardam caráter assistencialista. A profissionalização desse atendimento é um ponto de agenda que não deve ser adiado e, ainda que compartilhado pela sociedade, sua coordenação e responsabilidade são competência do setor público. É necessário sublinhar que, sobre esses segmentos populacionais, recaem pesados ônus das dificuldades sociais da urbanização vigente, como o abandono, a mendicância, a desnutrição e a violência.

Do ponto de vista da população em idade escolar, seu lento ritmo de crescimento em grande parte das municipalidades do Estado reduz a pressão sobre a necessidade de expansão física do sistema educacional e abre para o setor a oportunidade particular de caminhar para a melhoria dos níveis globais de ensino e aprendizado, com investimentos conseqüentes na qualificação dos seus profissionais, na valorização física das escolas e no seu aparelhamento, no aperfeiçoamento dos currículos e seus conteúdos, em cumprimento aos compromissos para a preparação de uma população cada vez mais apta para o mercado de trabalho e para a sociedade. Nas áreas de concentração, no entanto, além dos requisitos de investimento na qualidade do ensino, ainda são prementes as necessidades de ampliação da rede escolar e do número de salas de aula.

A população em idade ativa, por seu turno, sob o impulso das mudanças demográficas, cresce a um ritmo intenso, particularmente nas áreas de maior adensamento populacional e de crescimento elevado. Embora isso possa resultar numa situação vantajosa para o conjunto da sociedade, uma vez que maiores proporções de população produtiva reduzem o peso da dependência dos segmentos infantil e idoso, por outro lado, em contextos de estreitamento das oportunidades de inserção produtiva e de aumento dos níveis de desemprego, pode fomentar pontos consideráveis de conflito e de degradação social.

O mais evidente nesse cenário prospectivo, entretanto, é a elevação da população de idosos em um contexto de forte alteração no padrão familiar, cada vez mais definido pela predominância de famílias de tamanho reduzido e de comprometimento da mulher nas atividades laborais não-domésticas. As implicações desse cenário são múltiplas e desafiadoras. Sem dúvida, no curto e médio prazos, o conjunto da sociedade terá de enfrentar a urgência de se planejar formas viáveis de absorção produtiva e de amparo à massa crescente de idosos, principalmente tendo em vista o paulatino aumento da pressão sobre o sistema previdenciário público, mantenedor de aposentadorias e pensões. Por mais que se consiga prever o surgimento acelerado de instituições privadas especializadas no atendimento e hospedagem de populações idosas, seu caráter comercial certamente restringirá o tamanho da clientela, e o Estado terá de assumir firmemente esse papel como item prioritário de política social. Paralelamente, o sistema de saúde terá de se adequar rapidamente às demandas específicas desse segmento populacional, que apresenta perfis de morbidade associados às doenças crônico-degenerativas, garantindo atendimento condigno tanto no que diz respeito à prevenção, quanto no tocante às ações curativas.

Embora os desafios acima explicitados nem de longe esgotem a multiplicidade de problemas com os quais se defrontam as sociedades urbanas brasileiras neste final de milênio, e ainda que se reconheça o perigo de análises generalizadoras, dado que as demandas pressionam de forma diferenciada cada localidade ou grupos de espacialidades, o que se pretendeu ressaltar neste artigo é a relevância de se dispor de projeções populacionais que orientem as possibilidades de intervenção, pública ou privada, em contextos crescentes de restrições financeiras e de complexificação da vida urbana. Se, até recentemente, no país, os movimentos migratórios constituíam um importante e acessível mecanismo facilitador de ascensão social e de conquista de melhores condições de vida para determinados segmentos da população, atualmente as oportunidades que emergem nas áreas de atração populacional são estritas e cada vez mais seletivas, o que reforça o papel da informação prospectiva para o planejamento e gestão das distintas esferas sociais e para a execução de um projeto abrangente de viabilização de uma sociedade menos desigual. ♦

REFERÊNCIAS

- CARACTERIZAÇÃO e tendências da rede urbana do Brasil. Campinas: UNICAMP/IE; Brasília: IPEA; Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 2v. Convênio IPEA, UNICAMP/IE/NESUR, IBGE.
- CARVALHO, José Alberto M. de. **Tendências regionais de fecundidade e mortalidade no Brasil**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1974.
- CARVALHO, José Alberto M. de; FERNANDES, Fernando. **Estimativas de saldos migratórios e taxas líquidas de migração das Unidades da Federação e Grandes Regiões do Brasil, por sexo, idade e setores rural e urbano: 1960-1970 e 1970-1980**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, s.d.
- IPARDES. **Dinâmica demográfica da Região Sul: anos 70 e 80**. Curitiba: IPARDES, 1997.
- IPARDES. **Paraná – projeção das populações municipais por sexo e idade 2000 a 2010**. Curitiba: IPARDES; Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- IPARDES. **Paraná – projeções de população 1991-2020**. Curitiba: IPARDES; Rio de Janeiro: IBGE, 1999.
- KLEINKE, Maria de Lourdes; MAGALHÃES, Marisa V.; DESCHAMPS, Marley V. Projeção de população dos municípios paranaenses sinaliza tendências. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 3 set. 2000. Coluna IPARDES.
- LONGO, Luciene; MAGALHÃES, Marisa Valle. **Projeção da população do Paraná e da Região Metropolitana de Curitiba, por sexo e grupos etários, segundo hipóteses provável e máxima de crescimento – 1995 a 2020**. Belo Horizonte, 1999. Trabalho apresentado na Disciplina Aplicação das Análises Demográficas, do Curso de Doutorado em Demografia, UFMG/CEDEPLAR.
- MAGALHÃES, Marisa V. **O Paraná e as migrações – 1940 a 1991**. Belo Horizonte, 1996. Dissertação (Mestrado) – UFMG/CEDEPLAR.
- RODRIGUES, Roberto do N. A dinâmica demográfica da Região Sul e seus fatores determinantes: documento síntese. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4., 1984, Águas de São Pedro. **Anais**. São Paulo: ABEP, 1984. v.4, p.1949-1988.